

Tributo (não) solidário

18-Mai-2010

Sob

o pretexto do "incentivo ao retorno ao emprego", como se os empregos estivessem ao voltar da esquina, PS e PSD estigmatizam o desempregado

Artigo de José

Casimiro

O

desemprego é um drama social que constitui em si uma autêntica violência.

Num

momento de enorme gravidade em que o desemprego continua a aumentar, situando-se neste momento em 10,6%, quase 600 mil desempregados, segundo as estatísticas oficiais do INE.¹

Sócrates e Passos Coelho querem politizar e ideologizar este drama social, fazendo recair sobre os trabalhadores o preço da crise que não provocaram.

Com

os PEC's o governo Sócrates/Passos Coelho pretende "poupar" 289 milhões de euros, até 2011, nos apoios sociais.

Pretende-se

colocar no terreno uma visão assistencialista em relação ao subsídio de desemprego como se os trabalhadores não descontassem e contribuíssem para ele, e no caso do PSD uma submissão ao "Estado ou ao senhor", pagando um tributo como no feudalismo, trabalhando de borla como um factor "inclusivo e solidário", quando na verdade do que se trata é de violência social pura contra o desempregado.

"TRIBUTO

- "Quantia que um Estado dependente pagava a outro como prova da sua submissão. (...) Contribuição paga pelo povo a um senhor ou ao Estado, em especial durante o feudalismo. (...)".²

Sob

o pretexto do "incentivo ao retorno ao emprego", como se os empregos estivessem ao voltar da esquina, PS e PSD estigmatizam o desempregado perante a sociedade como o "malandro que não quer trabalhar" que recebe o subsídio de desemprego dos mais "generosos" da U.E., escondendo que as condições ou as regras

que impõe são das mais exigentes e difíceis para obter o subsídio.

"Ninguém

prefere estar sem trabalhar para estar sem trabalhar para estar a receber subsídio de desemprego", "...qualquer comparação internacional deve levar em conta as disparidades salariais e de poder de compra entre Portugal e a Europa.". 3

O

subsídio de desemprego é um direito. O trabalhador desconta e contribui com 5,22%, pelo que tem direito à protecção social numa situação de desemprego.

Registe-se

que no período 2000-2010, as receitas para pagar o subsídio de desemprego serão superiores às despesas em 1.283,2 milhões de euros, mesmo tendo em conta que nas despesas consideradas estão incluídos valores que não deviam ser pagos com as contribuições e descontos destinados ao pagamento de subsídios de desemprego, como sejam os apoios às empresas, que em 2010 deverão ser superiores a 600 milhões de euros.

Sabendo-se

que o desemprego é uma das causas principais da pobreza, as alterações agora preconizadas têm impactos negativos na qualidade do emprego e no salário, determinando o aumento da pobreza em Portugal.

Num

contexto, em que o desemprego se agrava e existindo uma franja significativa de desempregados que não são cobertos pelas prestações de desemprego - mais de 200 mil desempregados em Março, o governo aprova normas

restritivas de acesso ao subsídio de desemprego

que, na prática, reduzem o seu valor - ao ser criado um novo limite máximo, 75% do salário líquido, visando obrigar os desempregados a aceitar empregos a qualquer preço. Em média os montantes médios do subsídio de desemprego são de 466 euros e com as alterações que o governo pretende introduzir, os trabalhadores com salários acima de 574 euros poderão ser penalizados, o que é inaceitável.

Os

impactos destas medidas induzem uma redução generalizada e estratégica dos salários.

Por

outro lado, a situação poderá agravar-se ainda mais se o governo

assumir a eliminação das medidas "anti-crise sociais e de apoio às empresas" que incluiu a diminuição do prazo de garantia de 450 dias para 365 dias para se poder ter acesso ao subsídio de desemprego, a condição de recursos, e as medidas constantes da Iniciativa de Emprego.

Um
tributo social muito pesado que não queremos pagar!

José
Casimiro

1
Estatísticas oficiais do INE do 1.º trimestre de 2010, publicadas no dia 18 de Maio de 2010

2
Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea - Academia das Ciências de Lisboa - Edições Verbo

3
Prof.
Monteiro Fernandes, ao suplemento de economia do "Sol" de 16 de Abril.

{easycomments}